A Beneficência Portuguesa de São Paulo

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

C.N.P.J. nº 61.599.908/0001-58

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.a	66.204	26.264
Títulos e valores mobiliários	9.b	64.886	71.536
Recursos vinculados a convênios	9.c	15.621	7.855
Contas a receber	10	620.154	594.112
Estoques	11	42.741	35.713
Outros créditos		3.599	1.036
Despesas pagas antecipadamente		113	370
Total do circulante		**813.318**	**736.887**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	9.b	171.818	159.179
Depósitos judiciais	20.b	11.068	11.085
		182.886	**170.264**
Imobilizado	12	985.348	1.000.058
Direito de uso	13	7.832	5.681
Intangível		8.814	13.608
		1.001.994	**1.019.347**
Total do não circulante		**1.184.880**	**1.189.611**
Total do ativo		**1.998.198**	**1.926.498**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores de materiais e medicamentos	14	142.568	144.695
Financiamentos - FINIMP	15	–	19.070
Financiamentos - BNDES	16	–	13.908
Empréstimos - CCB	17	1.321	–
Obrigações trabalhistas e sociais	18	94.993	96.421
Honorários e comissões médicas		23.718	20.993
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.878	3.315
Gastos a incorrer de convênios	19	23.069	16.618
Arrendamento mercantil	6.b e 13	1.718	1.084
Adiantamento de clientes		23.667	–
Outras contas a pagar		28.417	23.209
Total do circulante		**342.349**	**339.313**
Não circulante			
Financiamentos - FINIMP	15	–	48.710
Financiamentos - BNDES	16	–	56.810
Empréstimos - CCB	17	283.001	–
Arrendamento mercantil	13	6.112	4.685
Provisão de contingência	20.a	25.787	28.066
Passivo atuarial	21	439.140	500.421
Outras contas a pagar		4.500	9.000
Total do não circulante		**758.540**	**647.692**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	22	598.713	635.492
Subvenção para investimentos e pesquisas	22	282	282
Ajuste de avaliação patrimonial	22	298.314	303.719
Total do patrimônio líquido		**897.309**	**939.493**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.998.198**	**1.926.498**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receita da atividade hospitalar			
Pacientes e convênios	23	1.464.468	1.602.247
Outras receitas operacionais		20.751	19.501
Total das receitas		**1.485.219**	**1.621.748**
Receitas (custos e despesas) operacionais			
Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos	24	(488.648)	(477.068)
Despesas com pessoal	25	(582.359)	(592.118)
Despesas gerais e administrativas	26	(378.199)	(381.149)
Provisão para perdas de crédito esperada	10	(21.613)	7.763
Depreciações e amortizações		(46.342)	(40.936)
Outras receitas operacionais	27	1.917	1.077
Outras despesas operacionais		(1.225)	(1.428)
		(1.516.469)	(1.483.859)
(Deficit) Superavit operacional antes do resultado financeiro		**(31.250)**	**137.889**
Receitas financeiras	28	8.419	15.630
Despesas financeiras	28	(92.514)	(58.723)
(Despesas) financeiras, líquidas	28	(84.095)	(43.093)
(Deficit) Superavit do exercício		**(115.345)**	**94.796**

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em milhares de Reais)*

	2020	2019
(Deficit) Superavit do exercício	(115.345)	94.796
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 21)	73.162	(99.878)
Resultado abrangente total	**(42.183)**	**(5.082)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em milhares de Reais)*

	Patrimônio social	Subvenção para investimentos e pesquisas	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**635.168**	**282**	**309.125**	**–**	**944.575**
Superavit do exercício	–	–	–	94.796	94.796
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–
Variação atuarial sobre obrigação com os associados	(99.878)	–	–	–	(99.878)
Total do resultado abrangente	**535.290**	**282**	**309.125**	**94.796**	**939.493**
Realização de reserva	–	–	(5.406)	5.406	–
Transferência para patrimônio social	100.202	–	–	(100.202)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**635.492**	**282**	**303.719**	**–**	**939.493**
Deficit do exercício	–	–	–	(115.345)	(115.345)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 21)	73.162	–	–	–	73.162
Total do resultado abrangente	**708.653**	**282**	**303.719**	**(115.345)**	**897.309**
Realização de reserva	–	–	(5.405)	5.405	–
Transferência para patrimônio social	(109.940)	–	–	109.940	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**598.713**	**282**	**298.314**	**–**	**897.309**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa da atividades operacionais	2020	2019
(Deficit) Superavit do exercício	**(115.345)**	**94.796**
Ajuste por		
Depreciação e amortização	46.342	40.936
Juros e variação cambial	39.195	12.810
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(8.419)	(15.630)
Juros passivo atuarial	33.782	35.494
Resultado na venda de ativos imobilizados	873	1.178
Provisão para glosas e créditos liquidação duvidosa	71.612	57.009
Juros sobre arrendamento mercantil	140	25
Provisão para contingências	15.585	17.720
Superavit ajustado	**83.765**	**149.542**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução das contas do ativo		
Recursos vinculados a convênio	(7.766)	(122)
Contas a receber	(97.654)	(178.947)
Estoques	(7.028)	1.726
Outros créditos	(2.563)	(761)
Despesas antecipadas	257	107
	(114.754)	(177.997)
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores de materiais e medicamentos	(2.127)	16.244
Impostos taxas e contribuições	(437)	862
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.428)	7.583
Contingências e depósitos judiciais	(17.847)	(19.138)
Honorários e comissões médicas	2.725	(332)
Gastos a incorrer com convênios	6.451	4.981
Passivo atuarial	(21.901)	(26.182)
Outras contas a pagar	27.935	7.391
	(6.629)	(8.591)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	**(37.618)**	**57.750**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em títulos de valores mobiliários	(1.100.683)	(775.354)
Resgate em títulos de valores mobiliários	1.103.113	816.987
Adições do imobilizado e intangível	(17.990)	(41.892)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(15.560)**	**(259)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	314.836	–
Amortização de arrendamento mercantil	(1.639)	(663)
Amortização de financiamentos	(205.652)	(28.161)
Amortização juros	(14.427)	(11.194)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**93.118**	**(40.018)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39.940**	**17.473**
Caixa e equivalentes do início do exercício	26.264	8.791
Caixa e equivalentes do final do exercício	66.204	26.264
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39.940**	**17.473**
Transações que não afetam caixa		
Variação atuarial sobre obrigação com os associados	73.162	(99.878)
Aquisição imobilizado com financiamentos - Finimp	11.872	23.700

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A **BP - A Beneficência Portuguesa de São Paulo**, cuja razão social é Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), é uma entidade civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. Foi fundada em 2 de outubro 1859 e é composta por 4 marcas de serviços hospitalares com foco em alta complexidade e que atendem diferentes segmentos de clientes, além de outras 3 marcas que contemplam serviços de medicina diagnóstica, consultas ambulatoriais e educação e pesquisa, atuando em 3 unidades na cidade de São Paulo, sendo 2 no bairro da Bela Vista, onde são concentrados os serviços privados, e 1 no bairro da Penha, onde são oferecidos serviços privados e também para clientes encaminhados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O polo de saúde é composto pelo **Hospital BP**, referência em casos de alta complexidade, pronto-socorro geral e corpo clínico especializado para clientes de planos de saúde, particulares e SUS; pelo **BP Mirante**, hospital que oferece um corpo clínico renomado, pronto atendimento privativo, hotelaria personalizada e cuidado intimista para clientes particulares e de planos de saúde *premium*; pelo **BP Essencial**, hospital que tem foco na qualidade assistencial e oferece acomodações compartilhadas para clientes de planos de saúde básicos e particulares; pelo **BP Hospital Filantrópico**, que oferece cuidado humanizado e eficaz para clientes regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS); pela **BP Medicina Diagnóstica**, um completo e atualizado centro de diagnósticos e de terapias, que oferece exames laboratoriais, de imagem, métodos gráficos e de todas as outras especialidades diagnósticas; pelo **BP Vital**, um conjunto clínicas e consultórios com foco em promoção de saúde a partir do olhar atento e acolhedor dos nossos profissionais em prol do cuidado integral de saúde de todos os clientes; e pela **BP Educação e Pesquisa**, tradicional formadora de profissionais de saúde que capacita profissionais por meio de cursos técnicos e de pós-graduação, residência médica, eventos científicos e é responsável por gerenciar mais de 100 estudos e pesquisas na área da saúde com o intuito de contribuir para a evolução da Medicina no País. **Proadi-SUS:** No final de 2020 a BP foi oficialmente integrada ao Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), que contribui para o desenvolvimento da saúde pública brasileira por meio de projetos de abrangência nacional. A inclusão da BP nesse grupo é uma oportunidade de compartilhar com um grande número de instituições públicas que atendem populações carentes e desfavorecidas em termos de acesso à saúde todo o *know-how* assistencial e de gestão dos profissionais da instituição. Atualmente, a BP estuda o melhor formato para aportar toda a *expertise* acumulada ao longo dos mais de 160 anos de existência em projetos que serão avaliados pelo Ministério da Saúde, especialmente nas áreas de Oncologia, Cardiologia e Neurologia, uma mobilização que envolve todos os colaboradores e o corpo clínico da instituição. Paralelamente à entrada no Proadi-SUS, a BP revisitou o modelo de atuação social, passando a atuar extramuros em projetos que contam com o apoio de empresas parceiras e investidores sociais, de forma a maximizar o impacto social das ações empreendidas e contribuir para a melhoria das condições de saúde das populações atendidas. **Pandemia COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Novo Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das companhias. Diante da recomendação de distanciamento social para diminuir a transmissão da Covid-19, a Administração tomou as seguintes medidas: • A maioria das reuniões passaram a ser realizadas por vídeo conferência; • Providências para acesso remoto de rede e sistemas de gestão; • Implementação da operação para 100% no regime de home office iniciado em 18/03/2020; • Estabeleceu protocolos de segurança em função da necessidade de alguns colaboradores no escritório, com uso devido de máscaras, mantendo o distanciamento social e utilização de álcool em gel 70%, para higienização das mãos; • Acompanhamos em conjunto com o nosso ambulatório institucional colaboradores/familiares que apresentavam sintomas referente a Covid-19, ou qualquer outro tipo de necessidade médica; • Boletins de orientação e conscientização de todos; • Investimentos em testes para detecção de Covid-19; • Contratos firmados mediante assinaturas eletrônicas. A Associação apresentou entre Janeiro a Dezembro de 2020 redução de 7% em receitas com Convênios e Particulares em relação ao exercício de 2019 (conforme nota 23) decorrentes da pandemia provocada pela Covid-19, bem como aumento de 10% em material e medicamentos, principalmente nos equipamentos de proteção individuais (EPIs) (conforme nota 24) Apesar de manter posição saudável de caixa e títulos e valores mobiliários, e tendo em vista a incerteza e volatilidade do cenário atual em razão da pandemia da Covid-19, a administração da Instituição executou medidas com o foco de estabelecer uma posição ainda mais robusta em caráter preventivo, de modo a garantir que a Instituição possa atravessar este período suprindo as necessidades que possam surgir, sendo: Com intuito de reduzir os impactos foram realizadas as seguintes ações: • Negociação dos contratos de prestação de serviços; • Negociação de leitos COVID com o governo do estado de SP; • Recomposição das dívidas bancárias, que consistiu na captação de novos empréstimos para a quitação dos antigos, alongamento de prazos e redução de custo financeiro (nota explicativa 15, 16 e 17); • Aquisição antecipada de material e medicamento, antes da correção da CMED; • Recebimento efetuados antecipadamente pelos clientes para prestação de atendimentos futuros; • Monitoramento das receitas e despesas através de avaliações diárias do fluxo de caixa, para acompanhamento de impacto e ações de contingência. A Associação continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos. **2. Base de preparação**: **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Associação em 17 de março de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo e passivo atuarial mensurado ao valor presente. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13** - prazo do arrendamento: se a Associação tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa 19** - mensuração de obrigações de benefícios definidos; principais premissas atuariais; • **Nota explicativa 21** - reconhecimento de receita: estimativa de expectativa de glosas; • **Nota explicativa 19a** - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 30 - instrumentos financeiros. **6. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Associação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação. A Associação adota como prática contábil apresentar os juros recebidos dos títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 a 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. **d. Recursos vinculados a convênios:** Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. **e. Contas a receber:** As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar, líquido da expectativa de glosas de convênios, abatimentos e descontos comerciais. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. A provisão para perda de glosas e crédito esperada estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **f. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque. **g. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo no montante de R$ 15.991 (R$ 17.756 em 2019) e para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzindo da respectiva provisão no montante de R$ 4.923 (R$ 6.671 em 2019). **h. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença

continua →

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 6 de abril de 2021 às 01:47:24

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência *(em milhares de Reais)*

entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. ***Custos subsequentes:*** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações/benfeitorias	60
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	10
Móveis, máquinas e utensílios	20
Imóveis	60
Instalações	20
Equipamentos de informática	5
Biblioteca	2
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **l. Avaliação do valor recuperável dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O Associação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **j. Redução ao valor recuperável (*impairment*): *(i) Ativos financeiros não derivativos:*** O Associação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Associação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Associação, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Associação sobre condições de que a Associação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Associação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Associação. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Associação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2020, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **k. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Associação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Associação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. A Associação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Associação. Geralmente, a Associação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Associação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Associação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Associação considera como atividades de financiamento o pagamento do passivo de arrendamento correspondente aos juros e principal. **l. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **m. Benefícios a funcionários:** A Associação não possui planos de pensão ou obrigações pós-aposentadoria. **n. Provisão atuarial:** A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previsto em Estatuto Social, de atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital BP. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 (R1) - benefício a empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais. A Associação vem adotando de forma consistente a CPC 33 (R1) para reconhecimento de seu passivo atuarial em função de possuir obrigações futuras em contrapartida a serviços prestados por associados. Os associados representam benfeitores que contribuíram para a formação e crescimento da Associação por meio de (i) prestação de serviços médicos gratuitos à população, (ii) fomento das operações no processo de captação de recursos e busca de novos associados, e (iii) dedicação de tempo na gestão da Associação por meio de participação em atividades de conselho. A Associação, amparado por assessores jurídicos externos, consideram que em virtude da forma de atuação dos associados e as previsões estatutárias, os associados possuem características de donos na instituição e não apenas um mero beneficiário de um plano de saúde, reforçando ainda mais a aplicação da CPC 33 (R1) - benefício a empregados. Dessa forma, os serviços prestados por associados atendem os critérios da CPC 33 (R1) que requer que a Associação reconheça um passivo quando houver a prestação de um serviço em troca de benefícios a serem pagos e/ou fornecidos no futuro e uma despesa quando a Associação se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido em troca desses benefícios. **o. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros por competência. A Associação adota como prática contábil apresentar os juros nas atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros. **p. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **q. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **r. Outras provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **s. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Associação de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto, não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras. **t. Gastos a incorrer em convênios:** O reconhecimento de receitas e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios no ativo circulante e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. A medida que os gastos do convênio incorre, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios. **u. Apuração do resultado:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquido da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Associação, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **v. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2020 a Associação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. *Custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de convênios, particulares e SUS e outros créditos provenientes de prestação de serviços. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar. ***(iii) Desreconhecimento:*** A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Associação não possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2021. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: **• Contratos onerosos -** custos para cumprir um contrato - (alterações ao CPC 25/IAS 37). **• Reforma da taxa de juros de referência -** (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16). Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Associação: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); • IFRS 17 Contratos de Seguros. **8. Trabalho voluntário:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Associação sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida das respectivas em outras despesas. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação registrou o montante de R$ 1.340 (R$ 913 em 2019) referente a trabalhos voluntários. **9. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: a. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2020	2019
Caixas e bancos	10.123	3.243
Aplicações financeiras	56.081	23.021
	66.204	26.264

Caixas e bancos referem-se aos saldos em conta corrente. As aplicações financeiras tratam-se substancialmente de liquidez diária em Certificados de Depósitos Bancários, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo de 99% a 103% do CDI (o valor de 2019 refere-se à aplicação em CDB e LAM com remuneração de 90% a 102,50% do CDI). **b. Títulos e valores mobiliários:**

	Remuneração	2020	2019
Letras financeiras	111,15% do CDI	87.434	84.884
CDB	99% a 103% do CDI	64.886	39.637
BOX	104% do CDI	7.939	–
Letras de arrendamento mercantil	104,50% do CDI	76.445	106.194
		236.704	230.715
Circulante		64.886	71.536
Não circulante		171.818	159.179

Os valores de títulos e valores mobiliários registrados no ativo circulante em 2020 no valor de R$ 64.886 tratam-se das aplicações em CDB com vencimentos a curto prazo sem liquidez diária e não circulante no montante de R$ 171.818 referem-se a Letras Financeiras com vencimento de longo prazo, também sem liquidez diária , além de BOX e Letras de Arrendamento Mercantil com vencimento a longo prazo. **c. Recursos vinculados a convênios:**

	2020	2019
Aplicações financeiras	15.621	7.855

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde e aquisição de produtos médicos de uso único visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, remuneradas à taxa da caderneta de poupança. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. **10. Contas a receber:**

	2020	2019
Convênios (a)	404.766	436.022
Convênios - Glosas (b)	173.482	172.121
Pacientes particulares (a)	129.376	103.885
Sistema único de saúde - SUS	12.094	13.121
	719.721	725.149
Provisão para perda convênio - Glosas	(56.321)	(77.672)
Provisão para perda de crédito esperada	(43.246)	(53.365)
	(99.567)	(131.037)
	620.154	594.112

Provisão para perda com glosas de convênios: A provisão para perda com glosas de convênios é realizada com base em análises de perdas históricas por convênios, sendo adotado pela Associação em 31 de dezembro de 2020 a estimativa média entre 3,5% a 4,5% sobre a receita bruta com convênios. Essa estimativa é revisada pela Associação a cada data de demonstração financeira. **Provisão para perda com crédito esperada:** A Associação utiliza uma matriz de provisões para a mensuração de perda de crédito esperada com as contas a receber de clientes individuais. (a) As taxas de perdas são calculadas por meio de uso de "rolagem" com base na probabilidade de um valor avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para as exposições em diferentes segmentos com base nas características de riscos dos clientes (convênio ou particulares). Em 31 de dezembro de 2020 o contas a receber de convênios e particulares totalizaram R$ 532.950 conforme apresentado abaixo:

	Taxa média ponderada de perda estimada		Saldo contábil bruto (a)	Provisão para perda de crédito esperada
	Convênios	Particulares		
À vencer	0,84%	8,60%	469.580	(5.426)
Vencidos de 01 até 30 dias	7,27%	30,60%	12.148	(320)
Vencidos entre 31 e 90 dias	25,30%	46,40%	8.605	(1.779)
Vencidos entre 91 e 180 dias	48,15%	62,60%	8.037	(3.657)
Vencidos entre 181 e 270 dias	70,08%	82,30%	6.167	(3.049)
Vencidos entre 271 e 360 dias	88,27%	93,10%	4.371	(3.777)
Acima de 360 dias	100,00%	100,00%	25.238	(25.238)
		Total	534.145	(43.246)

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

	Provisão Glosas	Provisão Perdas
Saldo em 31/12/2018	**(75.893)**	**(74.366)**
(+) Novas provisões constituídas (afetam resultado)	(64.772)	–
(–) Reversão provisões constituídas (afetam resultado)	–	7.763
(–) Baixa de provisão por aceite de glosas	11.281	–
(–) Baixa por perda efetiva	51.712	13.238
Saldo em 31/12/2019	**(77.672)**	**(53.365)**
(+) Novas provisões constituídas (afetam resultado)	(49.999)	(21.613)
(–) Baixa de provisão por aceite de glosas	41.312	–
(–) Baixa por perda efetiva	30.038	31.732
Saldo em 31/12/2020	**(56.321)**	**(43.246)**

No ano de 2020 a Administração autorizou a baixa de R$ 61.770 (R$ 64.950 em 2019), diretamente da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para glosas, bem como do contas a receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31 de dezembro de 2018, os quais não foram recebidos até a data do balanço e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos. (b) O saldo de convênios-glosas refere-se aos saldos de contas a receber com convênios e operadoras de planos de saúde que sofreram recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento, que estão em negociação.

11. Estoques:

	2020	2019
Almoxarifado - depósito fechado e farmácia	30.256	27.597
Almoxarifado geral	7.184	6.606
Almoxarifado - outros	5.301	1.510
	42.741	35.713

12. Imobilizado: As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Edificações/benfeitorias	445.469	487	(6)	9.390	455.340
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	231.697	1.391	(2.678)	26.490	256.900
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	94.709	197	(407)	3.627	98.126
Imóveis	23.242	106	–	–	23.348
Instalações	74.537	–	–	5.967	80.504
Equipamentos de informática	38.387	159	–	4.747	43.293
Terrenos	362.649	–	–	–	362.649
Biblioteca	776	–	–	–	776
Veículos	75	–	–	–	75
Imobilizações em andamento e importações	34.326	24.875	–	(50.221)	9.044
Total custo	**1.305.867**	**28.119**	**(3.091)**	**–**	**1.330.959**

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 6 de abril de 2021 às 01:47:24

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência *(em milhares de Reais)*

Depreciação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Edificações/ benfeitorias	(90.637)	(7.996)	2	–	(98.631)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(129.746)	(21.900)	2.047	–	(149.663)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	(39.525)	(3.866)	169	–	(43.222)
Imóveis	(11.763)	(355)	–	–	(12.118)
Instalações	(10.655)	(1.430)	–	–	(12.085)
Equipamentos de informática	(23.011)	(5.505)	–	–	(28.516)
Biblioteca	(352)	–	–	–	(352)
Veículos	(121)	–	–	–	(121)
Total depreciação	**(305.809)**	**(41.052)**	**2.218**	**–**	**(344.707)**
Imobilizado líquido	**1.000.058**	**(13.837)**	**(873)**	**–**	**985.348**

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2019
Edificações/ benfeitorias	413.371	4	(2)	32.096	445.469
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	213.957	313	(4.609)	22.036	231.697
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	85.569	6	(349)	9.483	94.709
Imóveis	23.242	–	–	–	23.242
Instalações	58.152	–	–	16.385	74.537
Equipamentos de informática	32.917	4	(182)	5.648	38.387
Terrenos	362.649	–	–	–	362.649
Biblioteca	776	–	–	–	776
Veículos	216	–	(141)	–	75
Imobilizações em andamento e importações	56.968	63.006	–	(85.648)	34.326
Total custo	**1.247.817**	**63.333**	**(5.283)**	**–**	**1.305.867**

Depreciação	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2019
Edificações/ benfeitorias	(82.217)	(8.421)	1	–	(90.637)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(114.964)	(18.394)	3.612	–	(129.746)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	(36.095)	(3.609)	179	–	(39.525)
Imóveis	(11.409)	(354)	–	–	(11.763)
Instalações	(9.439)	(1.216)	–	–	(10.655)
Equipamentos de informática	(18.941)	(4.250)	180	–	(23.011)
Biblioteca	(352)	–	–	–	(352)
Veículos	(246)	(7)	133	–	(120)
Total depreciação	**(273.663)**	**(36.251)**	**4.105**	**–**	**(305.809)**
Imobilizado líquido	**974.154**	**27.082**	**(1.178)**	**–**	**1.000.058**

Imobilizado em andamento: O saldo de R$ 9.044 refere-se, substancialmente, (i) aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas, bem como valores desembolsados de despesas gerais para aquisição de equipamentos hospitalares, os quais se encontram em trânsito e/ou aguardando liberação alfandegária; (ii) reforma do 3º e 4º andar do Torre 1, (iii) reforma da endoscopia e (iv) adequação do sistema elétrico de potência. **13. Operações de arrendamento - direito de uso:** A Associação possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para imóveis e locação de veículos, com prazos médios entre 03 a 10 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros. A Associação fez um estudo técnico com o auxílio de consultorias externas especializadas e definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações). **Ativo de direito de uso:** A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Saldo final em 31/12/2019	Adições	Saldo final em 31/12/2020
Imóveis e veículos	6.407	3.648	10.055
Custo direito de uso	**6.407**	**3.648**	**10.055**
Depreciação direito de uso	**(726)**	**(1.497)**	**(2.223)**
Direito de uso	**5.681**	**2.151**	**7.832**

Passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2020, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo - arrendamento a pagar	
Saldo final em 31/12/2019	5.769
Adições (+)	3.560
Pagamentos (–)	(1.639)
Juros incorridos (+)	140
Saldo final em 31/12/2020	**7.830**
Circulante	**1.718**
Não circulante	**6.112**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	31/12/2020
Até 1 ano	1.718
Entre 1 e 5 anos	5.950
Mais de 5 anos	162
Grupo como arrendatário	**7.830**

14. Fornecedores de materiais e medicamentos:

	2020	2019
Fornecedores nacionais	142.568	144.695

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2020	2019
Vencidos	3.414	966
A vencer até 30 dias	47.307	53.873
A vencer de 31 a 90 dias	86.675	84.553
A vencer de 91 a 180 dias	5.150	5.182
A vencer há mais de 181 dias	22	121
	142.568	144.695

15. Financiamentos - FINIMP:

Financiamentos em moeda estrangeira:

Banco	Garantia	Taxa a.a. (média)	Último Vencimento	2020	2019
Bradesco	Nota Promissória	Libor 4,07%	01/12/2023	–	5.132
Safra	Nota Promissória	Fixa 5,65%	07/06/2023	–	21.608
Santander	Sem Contragarantias	Libro/Fixa 6,19%	14/08/2023	–	28.512
Itaú	Nota Promissória	Fixa 5,69%	24/05/2023	–	12.528
				–	67.780
Curto prazo				–	19.070
Longo prazo				–	48.710

Em novembro de 2020 todos os financiamentos de FINIMP foram liquidados e substituídos por novos financiamentos na modalidade de CCBs, devido movimento de reperfilamento da dívida.

16. Financiamentos - BNDES:	2020	2019
Projeto expansão - Plano diretor	–	37.083
Projeto expansão - Hospital BP Mirante	–	33.635
	–	70.718
Curto prazo	–	13.908
Longo Prazo	–	56.810

Em novembro de 2020 todos os financiamentos de FINIMP foram liquidados e substituídos por novos financiamentos na modalidade de CCBs, devido movimento de reperfilamento da dívida. **17. Empréstimos - CCB:** Durante o ano de 2020, a Associação capitou novos empréstimos - CCB no montante total de R$ 314.800, sendo efetuado da seguinte forma: (i) Em abril de 2020 foi captado o valor total de R$ 115.000 na modalidade de CCBs sendo R$ 85.000 no Banco Votorantim e R$ 30.000 no Banco Itaú, como medida de proteção financeira devido cenário de crise, pandemia e incertezas. (ii) Em agosto de 2020 foi captado o valor de R$ 1.800 no Banco Itaú para aquisição de equipamentos de informática. (iii) Em novembro de 2020, com objetivo de otimizar a carteira de endividamento, iniciou-se um processo de reestruturação das operações de crédito. O objetivo foi reduzir as taxas de juros, sair do risco cambial, reduzir o volume de operações e proporcionar fôlego financeiro para o ano de 2021. As operações de FINIMP, BNDES e CCBs no Banco Itaú foram liquidadas e substituídas por 03 novas operações na modalidade CCB nos bancos: Itaú (R$ 70.000), BTG (R$ 65.000) e Santander (R$ 63.000), sendo Itaú e BTG contratado em novembro de 2020 e Santander em dezembro de 2020. A CCB captada em abril de 2020 no Banco Votorantim (R$ 85.000) foi mantida sem alterações. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de empréstimos CCB estavam compostos como segue:

Banco		Último Vencimento	2020	2019
Votorantim	CDI + 1,20%	06/04/2022	85.610	–
BTG	CDI + 3,05%	11/11/2024	65.329	–
Itaú	CDI + 2,99%	10/12/2024	70.382	–
Santander	CDI + 2,85%	02/01/2025	63.001	–
			284.322	
Curto prazo			1.321	–
Longo prazo			283.001	–

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

2022	151.052
2023	66.052
2024	64.194
2025	1.703
Total	**283.001**

Cláusulas restritivas de covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados: O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidos obrigações decorrentes dos empréstimos - CCBs, e exigir imediato pagamento pela Associação do saldo devedor nominal unitário dos empréstimos - CCBs acrescido da remuneração de juros do período, caso a Associação não cumpra com algumas cláusulas contratuais, relacionadas abaixo, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes. (i) Banco Votorantim - Cessão Fiduciária da aplicação de 100% do valor da captação em L.F (Letra Financeira), com pagamento bullet no 24° mês (nota explicativa 9.b). (ii) Banco Itaú - Índice resultante do quociente entre Dívida Líquida e o EBITDA menor ou igual a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios de 2021, 2022 e 2023. Para o exercício de 2020, não há índices a serem cumpridos. (iii) Banco BTG - Índice entre a Dívida Líquida e o EBITDA superior a: (a) 3,5x (três vezes e meia) para o ano de 2021; (b) 2,5x (duas vezes e meia) para o ano de 2022; e (c) 2,0x (duas vezes inteiras) a partir do ano de 2023. Para o exercício de 2020, não há índices a serem cumpridos. (iv) Não há covenants para CCB do Banco Santander.

Conciliação da posição patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

	Financiamentos - FINIMP (nota 15)	Financiamentos - BNDES (nota 16)	Empréstimos - CCB (nota 17)	Total
Saldo em 31/12/2018	**60.907**	**80.436**	**–**	**141.343**
(+) Captação de financiamentos	23.700	–	–	23.700
(–) Pagamentos	(18.108)	(10.053)	–	(28.161)
(–) Pagamento de juros	(4.660)	(6.534)	–	(11.194)
(+) Juros e variação monetária provisionados	5.941	6.869	–	12.810
Saldo em 31/12/2019	**67.780**	**70.718**	**–**	**138.498**
(+) Captação de financiamentos	11.872	–	314.836	326.708
(–) Pagamentos	(105.223)	(68.593)	(31.836)	(205.652)
(–) Pagamento de juros	(5.190)	(5.875)	(3.362)	(14.427)
(+) Juros e variação monetária provisionados	30.761	3.750	4.684	39.195
Saldo em 31/12/2020	**–**	**–**	**284.322**	**284.322**

18. Obrigações trabalhistas e sociais:	2020	2019
Provisão para férias	45.847	42.610
Salários a pagar e gratificações	29.596	38.329
IRRF a recolher	5.955	6.099
FGTS a recolher	4.140	3.696
INSS a recolher	2.301	2.910
Empréstimos consignados	1.947	1.915
Benefícios	5.206	861
	94.933	96.421

19. Gastos a incorrer de convênios: A seguir apresentamos a movimentação dos gastos a incorrer com convênios demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (consumo):

Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2018	**11.637**
(+) Valores recebidos	7.233
(+) Receitas financeiras	178
(–) Consumo e depreciação (imobilizado)	(1.683)
(–) Consumo (despesas com materiais)	(251)
(–) Devoluções	(496)
Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2019	**16.618**
(+) Valores recebidos	14.281
(+) Receitas financeiras	88
(–) Consumo e depreciação (imobilizado)	(3.032)
(–) Consumo (despesas com materiais)	(4.616)
(–) Devoluções	(270)
Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2020	**23.069**

• **Valores recebidos/captados -**referem-se aos montantes recebidos para incentivo ao contrato de convênios. • **Receitas Financeiras -** montantes advindos de rendimento de aplicação financeira destinada aos convênios. • **Consumo -** referem-se aos gastos que foram empregados nos convênios ao longo do exercício social. • **Devoluções** - referem-se aos valores não empenhados nos convênios no período que foram devolvidos em virtude do encerramento dos contratos de convênios correspondentes. **20. Provisão para contingências e depósitos judiciais: a. Provisão para contingências:** A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2020			2019		
	Saldo de contingência	Depósito judicial	Saldo líquido	Saldo de contingência	Depósito judicial	Saldo líquido
Trabalhista	25.375	(2.217)	23.158	29.640	(2.962)	26.678
Cível	5.169	(2.706)	2.463	4.936	(3.709)	1.227
Fiscal	166	–	166	161	–	161
Total de contingências	30.710	(4.923)	25.787	34.737	(6.671)	28.066

As movimentações na provisão para contingências no exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

	2019	Constituição de provisão	Pagamentos	2020
Trabalhistas e previdenciárias (i)	29.640	14.651	(18.826)	25.375
Cíveis (ii)	4.936	1.020	(787)	5.169
Fiscais	161	5	–	166
	34.737	15.586	(19.613)	30.710

	2018	Constituição de provisão	Pagamentos	2019
Trabalhistas e previdenciárias (i)	31.524	15.646	(17.341)	29.640
Cíveis (ii)	5.428	2.176	(2.668)	4.936
Fiscais (iii)	73	88	–	161
	37.025	17.720	(20.009)	34.737

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: (i) Trabalhistas e previdenciárias: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior em processos semelhantes referentes às quantias reivindicadas, analisou os processos em andamento e constituiu provisão no montante de R$ 25.375 (R$ 29.640 em 2019), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre: horas extras; adicionais de insalubridade; equiparação salarial; verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. Em 31 de dezembro de 2020 montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 30.020 (R$ 21.277 em 2019), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (ii) Cíveis: As principais ações estão relacionadas a reclamações de pacientes requerendo indenização por danos morais e materiais decorrentes de supostos erros médicos praticados nas dependências hospitalares da Associação. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 54.897 (R$ 48.167 em 2019) sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (iii) Fiscais: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior em processos semelhantes referentes às quantias reivindicadas, analisou os processos em andamento e constituiu provisão no montante de R$ 166 (R$ 161 em 2019), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2020 montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 2.758 (R$ 3.243 em 2019), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. ***(i) Depósitos judiciais - Mantidos no ativo não circulante:*** Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, para os quais as respectivas ações foram consideradas pelos consultores jurídicos como riscos remotos ou possíveis, consequentemente não reconhecidas como uma obrigação na Associação, sendo esta sua movimentação e composição:

	31/12/2019	Saídas	Atualização	31/12/2020
ICMS	19	–	1	20
Cível (iii)	3.614	–	–	3.614
IPI e II (i)	5.502	–	118	5.620
IPTU (ii)	1.912	(197)	37	1.752
Outros	38	(38)	62	62
	11.085	(235)	218	11.068

As principais naturezas podem ser resumidas a seguir: (i) IPI e II: A BP efetua importação de equipamentos e mercadorias destinados às suas finalidades essenciais. A Receita Federal do Brasil só autorizava o desembaraço mediante o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II). Para conseguir desembaraçar os produtos importados sem pagamento dos tributos, a BP propôs ação judicial ordinária contra a União Federal em 08/04/1996, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela para depositar em juízo os valores questionados. Após a BP depositar judicialmente tais valores, o referido pedido foi deferido pelo Judiciário e a BP passou a estar desobrigada de recolher ambos os impostos. Em 22/08/2008, o juíz de primeira instância proferiu sentença para reconhecer a imunidade tributária do hospital quanto ao IPI e ao II atrelado aos equipamentos adquiridos e importados que são utilizados para a prestação de seus serviços. Em 01/08/2019, o TRF da 3ª Região manteve integralmente a sentença de primeira instância e manteve o entendimento a respeito da imunidade tributária da BP para o II e IPI. (ii) IPTU: A Prefeitura de São Paulo reconhece a imunidade do IPTU apenas dos imóveis utilizados para finalidades assistenciais (imóveis que integram os complexos Hospitalares e os utilizados pelas Clínicas externas). Os imóveis locados, vagos e terrenos são tributados pela Prefeitura. Todas as execuções fiscais propostas pela Prefeitura visando à cobrança do IPTU são embargadas (questionadas judicialmente) pela Associação. Os valores questionados são depositados em Juízo e a Associação tem obtido decisões favoráveis. (iii) Cível: A Associação ajuizou ação contra o escritório Braga Nascimento, para discutir a cobrança indevida de honorários advocatícios e periciais oriunda da atuação do escritório em favor da Associação contra a SABESP, o processo foi julgado favorável para Associação em primeira instância e, atualmente, aguarda julgamento pela segunda instância após o recurso do escritório. **21. Passivo atuarial:** O Estatuto Social da Associação prevê a existência de obrigações futuras assumidas com seus associados, representadas por atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital Bp, sendo previstos os seguintes direitos dos Associados de qualquer categoria: **a.** Recorrer a consultas médicas gratuitas, desde que previamente marcadas nos dias e horas regulamentares, com médicos credenciados. **b.** Receber, no Hospital BP, o tratamento de que necessitem; **c.** Internar-se no Hospital BP, sob prescrição de médico credenciado pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	(500.421)	(391.231)
Taxa de desconto atuarial do período anterior	7,09%	9,62%
Custo de juros sobre a obrigação	(33.782)	(35.494)
(Perda) ganho atuarial do período reconhecido em resultado abrangente	73.162	(99.878)
Custo com atendimento com associados	21.901	26.182
Efeito líquido sobre provisão atuarial	61.281	(109.190)
Obrigação total no final do exercício	**(439.140)**	**(500.421)**

A taxa de desconto utilizada para os cálculos é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos públicos de longo prazo), prazo esperado de duração do passivo do benefício avaliado, taxa de desconto líquida de inflação e a taxa de inflação esperada de longo prazo, chegando a taxa nominal de 7,09% a.a. e 9,62% em 2019. Para determinação dos valores em referência, a Associação contratou a empresa Bematize Consultoria e Gestão de Benefícios, a qual adotou as seguintes premissas e parâmetros na emissão de seu relatório em 21 de janeiro de 2021: **(1)** Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2020 e 2019; **(2)** Bases técnicas e atuariais:

	2020	2019
Taxa de desconto (real)	3,80%	3,47%
Taxa de desconto (nominal)	7,43%	7,09%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Taxa médica	3,00%	3,00%
Inflação médica (nominal)	6,60%	6,60%
Tábua biométrica		
Mortalidade de válidos (i)	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Método de capitalização	PUC	PUC
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Despesas administrativas	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de correção das despesas (ii)	1	1
Aumento do custo por idade (aging factor)	3,0%	3,0%
Duration (anos)	14,81	15,11

(i) AT 2000 por sexo, suavizada em 10%, segregada por sexo; (ii) Para distribuir as despesas geradas pelos associados com situação cadastral diferente de "AT=Atualizado" pelos associados utilizados para efeito do cálculo, de tal forma que a despesa anual seja mantida; 2016: não atualizada. **22. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superavit. Dessa forma, o superavit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. **Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens):** O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do *"deemed cost"* no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação e/ou baixa dos bens reavaliados contra o superavit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência possuir imunidade tributária. **23. Receita da atividade hospitalar:** Abaixo apresentamos a conciliação das receitas hospitalares desagregadas por tipos de contrato de clientes:

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 6 de abril de 2021 às 01:47:24

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa *(em milhares de Reais)*

	2020	2019
Pacientes convênios	1.351.520	1.455.753
Pacientes SUS	63.059	91.748
Pacientes particulares	99.887	108.237
	1.514.466	1.655.738
Glosas de convênios	(49.999)	(64.772)
	1.464.468	1.602.247

Além disso, também demonstramos abaixo a desagregação da receita por hospitais da Associação:

	2020	2019
Hospital BP Paulista	1.084.089	1.164.527
Hospital BP Mirante	360.201	390.092
Hospital BP Penha	20.178	47.628
	1.464.468	1.602.247

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Prestação de serviços	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes Convênios, SUS, Particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de plano de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Estas perdas são mensuradas pela Associação de forma incerteza com base em históricos recentes e histórias da descontadas da receita de prestação de serviços.	As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza sua realização.

24. Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos:

	2020	2019
Materiais médicos e medicamentos	304.199	270.049
Órteses e próteses	91.730	101.257
Honorários médicos	92.718	105.761
	488.648	477.068

25. Despesas com pessoal:	2020	2019
Salários e ordenados	380.550	371.123
Provisões e encargos sociais	69.026	86.381
Benefícios sociais	87.995	89.510
Encargos sociais	41.203	39.469
Desenvolvimento de recursos humanos	3.585	5.636
	582.359	592.118

26. Despesas gerais e administrativas:	2020	2019
Serviços prestados	267.263	262.247
Despesas com materiais	43.573	38.090
Energia, utilidades e telecomunicações	24.280	24.918
Comunicação e marketing	17.935	18.019
Provisão para contingências	15.586	17.720
Impostos, taxas e contribuições	2.768	2.677
Despesas gerais	6.794	17.477
	378.199	381.148

27. Receita financeira líquida:	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	8.419	15.630
	8.419	15.630
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo atuarial	(33.782)	(35.494)
Juros sobre financiamentos	(17.035)	(9.913)
Descontos concedidos	(26.995)	(2.623)
Variações cambiais e monetárias líquidas	(13.817)	(9.709)
Outras despesas financeiras	(885)	(984)
	(92.514)	(58.723)
	(84.095)	(43.093)

28. Assistência social e certificações: A Associação é imune a impostos federais de acordo com o artigo 150, inciso VI, "c" da Constituição Federal do Brasil em razão de cumprir os requisitos legais, também de acordo com o artigo 195, § 7º da Constituição Federal, dispensada da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 27/11/2009, por força de decisão judicial proferida nos autos do processo nº 5031998-79.2018.4.03.6100, que reconheceu seu direito de fruir da referida isenção das contribuições sociais, obedecendo apenas às condições veiculadas pelo Código Tributário Nacional, das quais é cumpridora. Afirmamos também que a tutela jurisdicional em nossa ação que acolhe a Associação se estende para os seguintes tributos: Contribuição ao PIS, COFINS, PIS-Importação, COFINS-Importação, PIS-Folha, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuições previdenciárias (artigo 22 da Lei nº 8.212/91). Em setembro de 2013 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que a Maternidade da Unidade BP Penha se integra a "Rede Cegonha". Em 2015 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, também reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que os leitos da Unidade de Tratamento Intensivo da Unidade BP Penha integram a "Rede de Atenção às Urgências" (conforme Portaria 1.452 de dezembro de 2013). Em novembro de 2016 foi publicada a portaria 2.213 habilitando a Associação como "Hospital de Ensino". Em setembro de 2016, o Ministério da Saúde/DCEBAS informou que a Associação, sendo uma instituição habilitada como CACON (Portaria SAS nº 62, de 11/03/2009) se integra na "Rede de Atenção Oncológica". Além disso a Associação possui as seguintes certificações: **a. Certificação de Associação Beneficente de Assistência Social:** A Associação é portadora do Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social - CEBAS renovado pela Portaria nº 1.169, de 30 de julho de 2018, publicado no DOU em 06 de agosto de 2018, com validade para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. A produção filantrópica de 2020 totalizou 10,7 mil internações e 238,9 mil procedimentos ambulatoriais, concentrando internações e procedimentos de alta complexidade, com atendimento exclusivo aos clientes encaminhados pelo SUS em procedimentos de baixa complexidade e maternidade; **b. ONA - Organização Nacional de Acreditação - Nível Pleno:** pela qualidade de serviços em saúde, com foco em segurança do paciente; **c. ISO 55001:** por excelência em gestão de ativos; **d. HIMSS (Healthcare Information and Management Systems Society) Nível 6:** por excelência no processo de utilização do prontuário eletrônico; referenciamento pela Korn Ferry, no quesito foco e segurança do paciente; **e. Selo SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) - Prata:** pela qualidade dos dados inseridos no Sistema de Nascido Vivo e Declaração de Nascido Vivo da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo; **f. Utilidade Pública, a Associação foi declarada de Utilidade Pública:** Governo Federal, através do Decreto nº 46.916, de 29/09/59 e Decreto s/nº de 08/08/94, Estadual, Decreto nº 34.929 de 09/05/59, e Municipal, Decreto nº 5.036 de 11/01/61, alterado pelo Decreto nº 44.409 de 20/02/04. **g. Hospital de excelência:** em dezembro de 2016 a Administração foi reconhecida pelo Ministério da Saúde como "Hospital de excelência" através da Portaria nº 2.678, passando a integrar o grupo dos seis hospitais de excelência do Brasil, ratificando os esforços em prol da saúde em primeiro lugar, sua vocação para filantropia e sua capacidade técnica, qualificando-a para continuar prestando serviços de qualidade de maneira ainda mais estratégica. **Proadi-SUS:** No final de 2020 a BP foi oficialmente integrada ao Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), que contribui para o desenvolvimento da saúde pública brasileira por meio de projetos de abrangência nacional. A inclusão da BP nesse grupo é uma oportunidade de compartilhar com um grande número de instituições públicas que atendem populações carentes e desfavorecidas em termos de acesso à saúde todo o *know-how* assistencial e de gestão dos profissionais da instituição. **29. Renúncia Fiscal:** Em atendimento a ITG 2002(R1) - Associação sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal: • Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS e COFINS); • Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT) **30. Instrumentos financeiros:** A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". **Estrutura do gerenciamento de risco:** O gerenciamento de risco da Associação visa identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS. Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, para os valores a receber de convênios e particulares, a Associação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências, quanto ao contas a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré definidos em contrato. No que tange às instituições financeiras a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Caixa e equivalente de caixa	66.204	26.264
Títulos e valores mobiliários	292.785	230.715
Recursos vinculados à terceiros	15.621	7.855
Contas a receber	620.154	594.112
Outros créditos	2.694	1.036
	997.458	859.982

Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. **Risco de liquidez:** O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros da Associação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

Em 31 de Dezembro de 2020	Valor contábil	Valor Contratado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores de materiais e medicamentos	142.568	142.568	142.568	–	–	–
Honorários e comissões médicas	23.718	23.718	23.718	–	–	–
Empréstimos - CCB	284.322	313.913	2.573	172.778	138.562	–
Outras contas a pagar	56.582	56.582	52.082	4.500	–	–

Em 31 de Dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Contratado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores de materiais e medicamentos	144.695	144.695	144.695	–	–	–
Financiamentos - FINIMP	67.780	101.783	37.470	26.944	37.369	–
Honorários e comissões médicas	20.993	20.993	20.993	–	–	–
Financiamentos - BNDES	50.718	100.152	29.313	10.053	30.159	30.627
Outras contas a pagar	32.209	32.209	23.209	9.000	–	–

Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Associação eram:

Instrumentos de taxa variável	2020	2019
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	56.081	23.021
Títulos e valores mobiliários	236.704	230.715
Recursos vinculados a convênios	15.621	7.855
Total	308.406	261.591
Passivos financeiros - CDI		
Empréstimos - CCB	284.322	–
Total	284.322	–
Exposição líquida a variação do - CDI	24.084	261.591
Passivos financeiros - TJLP		
Financiamentos - BNDES	–	70.718
Total	–	70.718

A Associação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e empréstimos indexados à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Associação apresentava exposição liquida a variação de CDI no montante de R$ 24.084 (R$ 261.59). **Risco cambial:** A Associação mantinha operações de empréstimos em moedas estrangeiras que eram expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Em 31 de dezembro de 2020 não possuíam instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial, pois as transações foram liquidadas durante o exercício. A Associação não opera com derivativos financeiros que visam proteger a exposição cambial de seus financiamentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, a Associação não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **Gestão de capital:** A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação possuía um saldo de caixa e equivalente de caixas e títulos e valores mobiliários de R$ 318.529. **Estimativa do valor justo:** A Associação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	236.704	236.704	230.715	230.715
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	56.081	56.081	23.021	23.021
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10.123	10.123	3.243	3.243
Contas a receber de clientes	620.154	620.154	594.112	594.112
Outros créditos	3.599	3.599	1.036	1.036
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores de materiais e medicamentos	142.568	142.568	144.695	144.695
Financiamentos - FINIMP	–	–	67.780	67.780
Financiamentos - BNDES	–	–	70.718	70.718
Empréstimos - CCB	284.322	284.322	–	–
Honorários e comissões médicas	23.718	23.718	20.993	20.993
Adiantamento de clientes	23.667	–	–	–
Outras contas a pagar	32.917	32.917	32.209	32.209

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2. Para os níveis 1 e 3, a Associação não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações. **31. Partes relacionadas:** Ao longo do ano de 2020, a Associação recebeu recursos do Presidente do Conselho de Administração no montante de R$ 100 para utilização ao combate a pandemia COVID-19. Não houve transações entre partes relacionadas no exercício de 2019. O estatuto da Associação em seu artigo 29 prevê que os membros do Conselho de Administração, bem como a Diretoria Administrativa, órgãos de governança responsáveis pela administração da Associação não são remunerados.

Diretoria

Assis Augusto Pires - Diretor Presidente
Denise Soares dos Santos - CEO - **Magali Leite -** CFO
Valter Baptista Bornal - Contador - CRC 1SP 201.591/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa - São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de março de 2021.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador - CRC SP270337/O-1

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 6 de abril de 2021 às 01:47:24